

**Conversa com MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA, PROFESSOR EMÉRITO DA UFF, RESPONDEU, POR ESCRITO, AS PERGUNTAS DA EDITORA DESTA REVISTA.<sup>1</sup>**

**1 - FALE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CRÍTICA TEXTUAL PARA OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS.**

Foi nos distantes anos de 1945 e 1946 que, aluno do Curso de Letras Neolatinas da Faculdade Nacional de Filosofia, tive as primeiras aulas da cadeira de Língua Portuguesa, ministradas pelo catedrático da matéria, o sábio professor Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, um dos pioneiros da renovação dos estudos filológicos, linguísticos e literários no Brasil, autor de livros e artigos em que divulgava as suas lições.

Sousa da Silveira vinha da experiência de organizar três livros iniciais da sua carreira de magistério: *Trechos Seletos*, em 1919; *Lições de Português*, em 1923; e *Algumas Fábulas de Fedro*, em 1927. Com esses três compêndios entrelaçados pretendia dar aos alunos uma ampla noção da origem, formação, desenvolvimento e estado atual da língua portuguesa como expressão da cultura portuguesa e brasileira. Explicou as suas diretrizes para tal empreendimento numa conferência no ano de 1923 a que deu o título de *A Língua Nacional e o Seu Estudo*. Nos anos seguintes publicou em revistas especializadas os seus ensaios de edição de textos rigorosamente estabelecidos, com bases nas melhores versões em vida dos autores ou póstumos, para os quais propunha a melhor compreensão e interpretação. Na década de 1930 publicava as suas primorosas edições críticas e comentadas de autores clássicos portugueses (Gil Vicente, Camões, Cristóvão Falcão e Antônio Ferreira) e de autores brasileiros do século XIX (Marquês de Maricá, Gonçalves de Magalhães e Casimiro de Abreu). Com o seu prestígio firmado, foi chamado ao exercício do cargo de catedrático de Língua Portuguesa de duas das nossas primeiras instituições de ensino superior, a Escola de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal (o Rio de Janeiro como capital da República), de 1934 a 1938, e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, de 1939 a 1953.

Em todos esses anos, Sousa da Silveira inculcou nos alunos as noções básicas do absoluto respeito aos fatos da língua, observados em diferentes usos (língua escrita / língua oral / língua padrão / dialetos / linguagem popular), nos seus contextos próprios, e do cuidado da busca dos textos fidedignos para fundamentar com rigor as conclusões estabelecidas. Era este o traço distintivo do seu magistério em relação ao que de modo geral se fazia.

Cabendo-lhe pois ministrar aulas de Linguística Portuguesa sincrônica e diacrônica, o grande filólogo, que não tivera acesso direto às noções teóricas da ciência a que hoje se dá o nome de Crítica Textual, e muito menos ao que se denomina Ecdótica, despertou nas suas aulas de “comentários de textos”, como ele dizia, com a aplicação dos princípios da ciência filológica aos textos escolhidos, uma verdadeira

---

<sup>1</sup> A ENTREVISTA FOI REALIZADA EM 2015.

percepção da importância da Crítica Textual como matéria básica dos estudos históricos, filológicos e linguísticos.

A simples leitura das notas e observações que enriquecem o registro filológico das suas edições críticas demonstra a cegueira daqueles que não se dão conta de que só mesmo com estudos aprofundados dos fundamentos da Crítica Textual se completa a formação superior do profissional de Letras. Com as suas profusas notas da edição das *Obras de Casimiro de Abreu*, por exemplo, publicada em 1940 e reeditada em 1955, demonstrou aos estudiosos de Teoria da Literatura e de Literatura Brasileira que eram falsas as afirmações de que Casimiro de Abreu era um escritor incorreto, um versejador desleixado e um poeta medíocre, como diziam os críticos apressados.

## **2 - COMO SE DEU A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRÍTICA TEXTUAL NO INSTITUTO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE?**

No Curso de Letras Neolatinas da FNFi não tive aulas de duas matérias básicas cuja importância só seria reconhecida muitos anos depois: Linguística Geral e Teoria da Literatura.

No ano de 1948, já tendo eu completado a licenciatura em Letras no ano anterior, o linguista Joaquim Matoso Câmara Júnior foi admitido na FNFi como professor de Linguística Geral, para dar aulas apenas aos alunos do Curso de Letras Clássicas. Com o apoio de Sousa da Silveira, que fora em 1942 o prefaciador do livro pioneiro *Princípios de Linguística Geral*, de Matoso Câmara, obtive a necessária autorização para assistir como aluno ouvinte às excelentes preleções do linguista, numa turma de apenas dois alunos – Rosalvo do Valle e Solange Pereira de Vasconcelos. Firmou-se desse modo a minha amizade com Rosalvo, o que o fez anos mais tarde, em 1957, convidar-me para ser seu assistente na cadeira de Língua Portuguesa da Faculdade Fluminense de Filosofia, em Niterói. Trabalhamos juntos desde então, na construção da atual Universidade Federal Fluminense, de cujo Instituto de Letras fomos fundadores.

Tive pois na FNFi o raro privilégio em minha formação docente de contar com o auxílio de grandes figuras do magistério de Letras, de 1944 a 1948: Sousa da Silveira, seu assistente Glástone Chaves de Melo, Padre Augusto Magne, Serafim da Silva Neto, Thiers Martins Moreira, Cleonice Berardinelli, Alceu Amoroso Lima, Manuel Bandeira e Joaquim Matoso Câmara Júnior.

Tudo isto se refletiu em minha atividade docente de ensino superior, na Pontifícia Universidade Católica de 1953 a 1968, e na Faculdade Fluminense de Filosofia, de 1957 até o ano de 1961. Esta última se tornou em 1961 uma das unidades da recém-fundada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), hoje denominada Universidade Federal Fluminense (UFF). Desde logo, pude perceber muito bem a necessidade de fazer a distinção entre matéria básica, matéria complementar e matéria optativa ou eletiva na organização do currículo de um curso superior.

Eleito em 1963 Secretário e em 1965 Chefe do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia da UFERJ (UFF), e pouco depois, em 1968, Chefe do Departamento de Linguística e Filologia do recém-fundado Instituto de Letras da UFF, designado Coordenador dos cursos de graduação e do mestrado em Língua Portuguesa, coube-me a honrosa tarefa de organizar o Curso de Letras, com base nas novas diretrizes do Conselho Federal de Educação, segundo as quais Teoria da Literatura e

Linguística Geral seriam matérias autônomas e obrigatórias, básicas dos estudos linguísticos e literários.

Eu passara a ser em 1965 o regente da cadeira de Língua Portuguesa na então Faculdade de Filosofia da UFF, em substituição a Rosalvo do Valle, que se transferira para a regência da cadeira de Língua e Literatura Latina, vaga por morte do grande humanista e latinista Ismael de Lima Coutinho. Na organização dos programas da matéria, desde antes, ainda como assistente, reservava uma boa parte das aulas à prática da Crítica Textual, e instituí em sala de aula ou como atividade extracurricular a realização de pesquisas com a participação dos alunos. A turma formada em 1965 em Niterói foi a primeira em que desenvolvi as atividades de Crítica Textual, levando inclusive os alunos a minha casa no Rio de Janeiro para fazer pesquisas em minha biblioteca. A aluna Marlene Mendes Veloso (hoje Marlene Gomes Mendes) se distinguiu entre todas pela capacidade demonstrada de assimilar os conhecimentos que lhes transmiti, e por isso eu a chamei para ser minha auxiliar de ensino na Faculdade. Daí por diante, durante vários anos, eu a tive como principal colaboradora na preparação de textos. Depois ela se desligou de mim, fez carreira própria, adotou linha de pesquisa diferente da minha, optando pelas realizações no campo de especialização que ela denomina “crítica genética” e eu prefiro chamar “investigação genética”, para não confundir com a Crítica Genética da francesa Almuth Grésillon e de pesquisadores brasileiros que trabalham na USP e seguem a sua orientação.

Nos mesmos anos, eu também atuava como uma espécie de consultor dos diretores da editora Melhoramentos de São Paulo, que conheciam a minha edição da obra clássica *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Manuel Said Ali, publicada em 1957 com prefácio de Serafim da Silva Neto. Deles recebi mais um convite, o de cuidar da qualidade dos textos das obras incluídos na sua coleção Panorama da Literatura Brasileira, pois muitas das edições anteriores traziam os textos grosseiramente alterados. Preparei inicialmente para a Melhoramentos, levando em conta a minha experiência de estabelecimento do texto crítico do romance como colaborador do filólogo Celso Cunha na Comissão Machado de Assis, a minha edição crítica do romance *Dom Casmurro*, afinal lançada em 1966, e relançada em 1975. A editora me encomendou várias outras edições críticas ou de texto crítico para a sua mencionada coleção, e foi assim que com a colaboração de alunos pude preparar quatro edições críticas de José de Alencar (*Ubirajara*, *Til*, *O Sertanejo* e *O Tronco de Ipê*, lançadas de 1970 a 1973) e as edições fidedignas dos romances *Senhora*, de Alencar, *Memórias de Um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. Infelizmente, o fato de eu ter nos ombros cada vez mais as atividades administrativas de Coordenador dos cursos de graduação e pós-graduação em Letras, de Chefe de Departamento, de Diretor do Instituto de Letras na UFF e de Diretor do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa me obrigaram a interromper a colaboração à Melhoramentos.

Não me agradava a situação de dependência da Crítica Textual em relação à disciplina de Língua Portuguesa. Era seguramente uma outra matéria básica, que para expandir-se precisava de mais liberdade. Assim sendo, tomei as medidas para conseguir no Instituto de Letras o seu reconhecimento como matéria básica e obrigatória na formação dos profissionais da área. Isto só se realizou no ano de 1978. Mas eu, esquecendo-me da polissemia do termo *filologia*, cometi o erro de dar o nome de Filologia Portuguesa a essa nova matéria, em vez de Crítica Textual, como devia ser chamada. Da denominação equivocada se prevaleceram os professores contrários à iniciativa para se manifestarem sempre divergentes, sob a falsa alegação de que linguística e filologia são quase a mesma coisa. Hoje vejo que se tivesse optado pela

designação Crítica Textual me teria sido bem mais fácil fazer ver que estávamos diante de uma outra ciência, com objeto formal, método e finalidade bem distintos da Linguística Geral e da Linguística Portuguesa.

Um fato deve ser ressaltado: a conquista do lugar ao sol para a Crítica Textual no Instituto de Letras da UFF se fez com a participação consciente, lúcida, constante, firme de professores que conquistaram por seu trabalho o respeito de colegas que atuam em outras disciplinas e dos alunos, reconhecedores do valor do que aprenderam em suas aulas. Somos professores que no exercício dos nossos planos de estudos e pesquisas contamos seguramente com o apreço e estima dos que observaram ou observam a nossa atuação – eu próprio Maximiano de Carvalho e Silva, detentor desde 1983 do título de livre-docente da matéria obtido nas provas de habilitação a que me submeti e do título de Professor Emérito concedido pelo Conselho Universitário da UFF em 2000, por iniciativa do Departamento de Ciências da Linguagem; as minhas sucessoras no comando dos estudos e das fecundas atividades da disciplina, todas com o título de aprovadas em concurso público e de detentoras dos títulos de Mestrado e Doutorado obtidos na própria UFF ou em outras prestigiosas Universidades – Marlene Gomes Mendes (Doutora pela USP), Nilda Santos Cabral (Doutora pela USP), Ceila Maria Ferreira (Doutora pela USP) e Marina Machado Rodrigues (Doutora pela UERJ). Será preciso dizer mais alguma coisa para deixar ainda mais claro que a institucionalização da Crítica Textual como matéria básica e obrigatória foi um grande passo para dar maior prestígio à UFF e assegurar ao nosso Curso de Letras mais uma posição pioneira no Brasil?

### **3 - FALE SOBRE O PROBLEMA DA POLISSEMIA DA PALAVRA *FILOLOGIA*.**

No livro em fase final de elaboração a que dei o título de *Lições de Filologia, Crítica Textual, Ecdótica e Crítica Genética*, com o qual desejo assinalar a passagem dos meus 70 anos de atividades de ensino, pesquisa e editoração, o capítulo inicial se denomina “A palavra filologia e as suas diversas acepções: os problemas da polissemia”. Reedito com pequenas alterações e vários acréscimos um artigo já publicado na revista *Confluência*, órgão do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

Digo nesse capítulo que não há como solucionar esse problema: imperioso é concluir que a palavra *filologia* é usada em três acepções diferentes. No Brasil, por influência das lições de Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis, dois grandes mestres portugueses de marcante atuação entre nós desde o final do século XIX às primeiras décadas do século XX, prevalece o uso da palavra *filologia* no sentido mais amplo, de ciência que abarca o estudo mais amplo dos textos como expressão da cultura de um povo. É nesse sentido que pessoalmente prefiro usar a palavra.

### **4 - COMO O SENHOR VÊ A QUESTÃO DA DIVULGAÇÃO DA CRÍTICA TEXTUAL EM NOSSO PAÍS?**

Antes de mais nada, é preciso lembrar que entre as características do nosso amado e tão maltratado país, com um nível de educação tão baixo, está a de serem os

nossos dirigentes tão avessos ao progresso institucional, e o nosso povo tão acomodado ao que eles deixam de fazer em seu benefício.

O Professor Afrânio Coutinho, quando era Titular de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFRJ, autor de importantes obras de história e crítica literária, com toda a sua autoridade e todo o seu prestígio pessoal, não conseguiu que o Conselho Federal de Educação de que fazia parte aprovasse o seu parecer sobre a reformulação dos currículos de Letras, no qual não só consagrava a independência do setor de Filologia e Crítica Textual, mas também demonstrava que estudos sérios das mais diversas ciências, entre elas a ciência da literatura, não se fazem sem o apoio de textos fidedignos e de edições críticas e comentadas, de cuja elaboração devem incumbir-se preferencialmente os filólogos especialistas em estudos atualizados de Crítica Textual.

A divulgação dessas novas ideias no Brasil está em grande parte na dependência das resoluções do poder legislativo e dos órgãos normativos superiores, os quais no entanto, como lamentamos, não parecem dispostos a atender aos imperativos do progresso. Veja-se por exemplo o que ocorre na Câmara dos deputados e no Senado em relação aos problemas educacionais e culturais, aos problemas sociais e políticos.

No que diz respeito à Crítica Textual, já se fez alguma coisa, graças à lucidez e tenacidade de professores que atuam no âmbito de algumas das nossas Universidades federais ou particulares ou de instituições como a Biblioteca Nacional, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, para citar somente três exemplos mais expressivos.

Também deve ser reconhecido o esforço pessoal dos que, seguidores fiéis dos ensinamentos recebidos, não se cansam de enfrentar toda a sorte de incompreensões no seu empenho contínuo de levar avante com todo o fervor as medidas que favorecem a participação dos interessados, principalmente os alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação, na realização de planos de estudos e pesquisas do maior alcance.

Estamos convencidos de que só as decisões dos órgãos superiores – como o Conselho Federal de Educação – podem efetivamente determinar a alteração dos currículos dos diferentes cursos, fazendo com que não poucas instituições de ensino e pesquisa saiam da sua estagnação e do seu bitolamento para atenderem aos verdadeiros avanços das ciências e da tecnologia. Só decisões do CFE podem derrotar a inércia, o preconceito e o mandonismo que predominam em várias Universidades federais e estaduais.

No que concerne aos chamados cursos superiores de Letras, é profundamente lamentável, num país tão defasado em matéria de educação e cultura em relação aos mais adiantados do Ocidente e do Oriente, não haja de fato o reconhecimento em grande escala de tantos caminhos novos para os profissionais da área, com o oferecimento do ensino e prática de outras disciplinas indispensáveis à formação mais completa não apenas de futuros professores e pesquisadores. Os cursos de Letras precisam com urgência aparelhar-se para a adequada formação de tradutores, intérpretes, críticos literários, críticos textuais, programadores culturais, para os quais são preciosos e imprescindíveis os conhecimentos que só lhes pode dar a ciência que tem como objeto formal os textos como expressão mais alta da cultura de um povo.

No resumo da biografia de Sousa da Silveira que publiquei no número 15 da revista *Confluência* tive ensejo de dizer: “Os atuais cursos superiores de Letras, de graduação e de pós-graduação, ressentem-se - com raras exceções - da falta de algumas disciplinas indispensáveis à formação profissional, entre as quais a história dos estudos linguísticos e filológicos no Brasil. Em consequência, muitos novos professores e pesquisadores, que não têm visão do passado, mas se deslumbram com as grandes novidades do momento, ficam muito à vontade para analisar com despropositado rigor

as contribuições dos pioneiros dos estudos históricos, filológicos, linguísticos e literários, sem conhecerem as condições em que trabalharam, e sentem-se à vontade até para condená-las à execução pública: foi o que aconteceu recentemente (em 1997) num artigo de análise de edições críticas em que são apontados apenas os defeitos na edição das *Obras de Casimiro de Abreu* de Sousa da Silveira, e nada se diz sobre as qualidades raras do trabalho na época do seu lançamento e as excelências dos comentários filológicos, ainda hoje leitura proveitosíssima e de valor definitivo, como aliás já foi dito pela crítica mais esclarecida”.

Com um número considerável dos meus alunos de Fundamentos da Crítica Textual no curso de especialização em Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, entre os anos de 2005 e 2009, todos já formados em cursos superiores de Letras e professores da rede escolar municipal ou estadual, pude verificar que não tinham aprendido o mais importante: de modo geral, não sabiam distinguir as edições fidedignas das edições com grosseiras deturpações do texto; não tinham ideia do que é uma edição crítica e comentada; não sabiam ler um texto com boa dicção; não sabiam interpretar todas as passagens do texto lido; não sabiam fazer a transcrição crítica de um texto em grafia antiga; não sabiam obedecer às boas normas de redação, escrevendo com letra ilegível, enchendo de rabiscos os seus escritos e invadindo as margens. Ao lado deles, nas turmas sucessivas, seus colegas de boa formação e bom nível, em número apreciável, se sentiam prejudicados, porque as aulas não podiam ter o andamento desejado. Esta a realidade que enfrentávamos, para a qual procurávamos encontrar alguma solução. Com exceção de um grupo pequeno com a graduação feita na UFF, os demais só então tiveram acesso às noções mais elementares da teoria e da prática da Crítica Textual, habilitando-se pelo menos a tratar os textos com os devidos cuidados e a fazer transcrições diplomáticas ou transcrições críticas dos mesmos para as suas próprias aulas de professores do ensino secundário. Ao final de tudo, agradeciam a oportunidade que o Liceu lhes dava de compensar a deficiência de conhecimentos básicos e elementares que traziam de sua incompleta, deficiente e até mesmo discutível formação universitária.

## **5 - O SENHOR, RECENTEMENTE, PUBLICOU UMA EDIÇÃO CRÍTICA DE *DOM CASMURRO*. FALE SOBRE ESSA EDIÇÃO, POR GENTILEZA.**

Já disse nesta entrevista que a minha edição crítica do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, foi feita por encomenda da editora Melhoramentos, de São Paulo, e teve duas apresentações de aspecto gráfico diverso: a primeira em 1966 e a segunda em 1975. Estranhamente, sendo a única edição crítica do romance, não teve a repercussão desejada, inclusive porque era bem mais cara do que outras edições comuns. Na capa não tinha o nome do seu autor e a indispensável indicação da sua singularidade, o que também terá contribuído para uma venda mais demorada dos exemplares.

Passados tantos anos, num feliz reencontro com ex-alunos de quarenta ou cinquenta anos atrás, do Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia e do Instituto de Letras da UFF, surpresos de estar eu vivo e ainda no exercício do magistério, manifestei-lhes o desejo de reeditar o *Dom Casmurro*, mas com um Apêndice com proposta de releitura do romance à luz dos modernos ensinamentos de história e crítica literária. Como se sabe, o chamado “enigma de Capitu” tem levado os

leitores a conclusões diferentes, e era preciso tratar do mesmo com mais largueza no estudo da fortuna crítica do romance.

Em 2009, fui procurar a editora da UFF, para ter notícias dos seus planos em andamento, e em conversa com o seu Diretor, o médico e bibliófilo Mauro Romero Leal Passos, que conheci nesse dia, tive ensejo de falar-lhe das minhas edições críticas, que nunca mais reeditara. Ouvi dele a afirmação de que gostaria de ter o nome do maior dos nossos ficcionistas entre os editados pela EDUFF, e por isso estaria disposto a promover a edição do *Dom Casmurro* segundo o plano que eu traçara: texto da edição crítica acrescido de estudos biobibliográficos. Aceitei sem pestanejar a incumbência, sem calcular o que teria ainda de pesquisar e escrever e as dificuldades várias que teria de enfrentar, já sendo um octogenário e com os problemas de saúde agravados pela idade.

A reedição da edição crítica era mais fácil de empreender, pois bastava reproduzir o que já estava feito. Mas o apêndice me custou muito, pois entrei num campo que não era exatamente o meu, tendo de fazer pesquisas biobibliográficas mais extensas, de apurar noções de história literária e fazer avaliações mais complexas de crítica literária. Foram a partir de 2011 alguns anos de estudos e pesquisas, que eu fiz sem sair de casa, sem poder ir às livrarias do Rio de Janeiro, tolhido por problemas de locomoção e por deficiência visual aguda, além dos habituais problemas cardiovasculares sob controle do meu médico. Recorri à minha coleção machadiana (cerca de 200 livros) e ao estímulo e empréstimo de livros por parte do meu fraternal e tão saudoso amigo José Pereira de Andrade, grande colecionador de livros raros e de edições e estudos sobre a vida e obra de Machado de Assis. Só Deus e os meus familiares sabem o que passei, mas venci, pois finalmente cumpri as promessas que fizera aos meus ex-alunos e ao Dr. Mauro Romero.

Tenho agora a satisfação de ver o meu livro publicado, numa edição de 480 páginas, com requintes gráficos por iniciativa de Mauro Romero, muito além da minha expectativa. O Apêndice de mais de 200 páginas – a grande novidade dessa edição – está dividido nas seguintes partes: 1 - Contexto histórico-cultural. / 2 - Resumo biobibliográfico. / 3 - Aspectos da vida do escritor. / 4 - Bibliografia de Machado de Assis. / 5 - Fontes de estudo da vida e obra do escritor. / 6 - Fortuna crítica do romance *Dom Casmurro*. / 7 - Glossário: palavras, locuções e expressões. / 8 -Índice onomástico. Com esse Apêndice dispõe o leitor de muitos elementos para que possa enriquecer a leitura e elucidar as dúvidas que lhe venham a ocorrer, sem precisar obrigatoriamente consultar dicionários, enciclopédias, livros especiais ou recorrer à Internet, como antes teria de fazer para a esclarecer dúvidas na leitura de um romance com características linguísticas e estilísticas próprias, e reflexo do contexto histórico-cultural do século XIX. O glossário no final do volume, por exemplo, apresenta um número avultado de palavras e expressões que não podem deixar de ser entendidas no exato sentido em que eram usadas, e nele se incluem esclarecimentos sobre as inúmeras palavras referentes à doutrina e ao culto religioso de largo uso num período da nossa história em que o Catolicismo era a religião oficial do Brasil.